

SISTEMA DE CUSTOS NA ESFERA PÚBLICA: BENEFÍCIO DO USUÁRIO, MELHORIA DOS SERVIÇOS, GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES NA TOMADA DE DECISÃO

Jeanne Marguerite Molina Moreira

Maria do Socorro Lessa Marques

Resumo:

O presente trabalho tem como finalidade mostrar a necessidade de se implantar um Sistema de Custos na área pública aplicado de forma a assegurar uma boa qualidade da assistência a ser prestada à comunidade. Os objetivos específicos deste trabalho são: definir as diretrizes para melhorar o processo de aplicação dos recursos em função do atendimento ao usuário em geral, dando ao gestor das entidades públicas, instrumentos capazes de aprimorar os serviços já existentes; calcular o Custo Unitário e o Custo Total dos serviços públicos, bem como elaboração de tabelas; calcular os recursos materiais e humanos necessários para atender a procura; identificar áreas de desperdícios e áreas com maiores necessidades de insumos; analisar os custos em relação ao número de clientes/usuários; compor uma tabela de custos de pessoal, material e serviços; analisar os custos em relação ao aumento da produtividade e melhoria dos serviços públicos e evitar o desperdício dos recursos públicos.

Palavras-chave:

Área temática: *Custos e Tomada de Decisões*

5.10. SISTEMA DE CUSTOS NA ESFERA PÚBLICA: BENEFÍCIO DO USUÁRIO, MELHORIA DOS SERVIÇOS, GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES NA TOMADA DE DECISÃO

Jeanne Marguerite Molina Moreira

Contadora - CRC - Ce n°.7135

Maria do Socorro Lessa Marques

Contadora - CRC - Ce n°.10.785

Universidade Federal do Ceará

Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

Departamento de Contabilidade

Professor Assistente III

Rua Dr. José Lourenço 2255 - Aldeota

Fortaleza - Ceará - CEP:60.115-282

Tel.(085)246-7561

e-mail: art@sodre.net

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade mostrar a necessidade de se implantar um Sistema de Custos na área pública aplicado de forma a assegurar uma boa qualidade da assistência a ser prestada à comunidade. Os objetivos específicos deste trabalho são: definir as diretrizes para melhorar o processo de aplicação dos recursos em função do atendimento ao usuário em geral, dando ao gestor das entidades públicas, instrumentos capazes de aprimorar os serviços já existentes; calcular o Custo Unitário e o Custo Total dos serviços públicos, bem como elaboração de tabelas; calcular os recursos materiais e humanos necessários para atender a procura; identificar áreas de desperdícios e áreas com maiores necessidades de insumos; analisar os custos em relação ao número de clientes/usuários; compor uma tabela de custos de pessoal, material e serviços; analisar os custos em relação ao aumento da produtividade e melhoria dos serviços públicos e evitar o desperdício dos recursos públicos.

***SISTEMA DE CUSTOS NA ESFERA PÚBLICA:
BENEFÍCIO DOS SERVIÇOS, GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES NA
TOMADA DE DECISÃO***

INTRODUÇÃO

Em termos geográficos, fala-se que o processo de globalização proporcionará a integração de apenas uma parte dos países do Globo, excluindo aproximadamente 80 países. A polarização internacional está mediatizada pelos interesses dos oligopólios mundiais.

A liberalização do comércio externo e a conseqüente exposição das mercadorias produzidas internamente têm nos levado a encerrar atividades em segmentos diversos do aparelho produtivo. É importante ressaltar que a situação desvantajosa das empresas e setores está associada à presença de condições desfavoráveis, tanto de ordem sistêmica como de ordem específica para fazer face ao novo contexto.

É urgente a realização de profundas reformas estruturais no Brasil, pois embora se mantenha por algum tempo na órbita capitalista, uma parte da atividade econômica ainda se concentra no poder público e nas empresas do Estado.

O setor público, apesar de relegado a um segundo plano em termos de organização e eficiência, ainda é muito importante no que se refere ao atendimento das demandas sociais de nossa gente.

Com vistas ao equilíbrio das contas públicas e a recuperação da capacidade de investimento do Estado é que buscamos uma administração diferente preocupada com a qualidade e eficiência e orientada por resultados. Uma administração pública com foco no cidadão.

A crise econômica brasileira que já se arrasta há algum tempo é que leva as entidades públicas a conviverem com os mesmos tipos de problemas. Muitas dessas empresas podem se englobadas num mesmo processo de degradação operacional e financeiro do setor público e outros inibidores da crise global.

E para melhorar o gerenciamento da atividade pública é importante saber calcular os problemas e, posteriormente, criar soluções para resolvê-los. Os administradores precisam ser mais flexíveis em relação ao tratamento dispensado aos recursos públicos, adaptando os serviços às necessidades do usuário explorando assim a possibilidade de enfrentar o futuro com os recursos do futuro.

A administração pública aqui defendida tem foco no cidadão como beneficiário do Serviço Público, é um cliente que normalmente paga antes e não tem escolha. O cliente da iniciativa privada se for maltratado, ele imediatamente pune essa empresa, comprando produtos ou serviços de outra. Eis aí uma situação muito peculiar do cliente do Estado, ele não tem escolha, não existe por parte dos órgãos públicos a obrigatoriedade da contraprestação.

É preciso portanto mudar a estrutura e o modelo de desenvolvimento, abrir espaço para a criatividade e inventar um modelo social novo. Desenvolver o espírito crítico, analítico e empreendedor do dirigente; contribuir com a sociedade através da prestação de serviço proporcionando um atendimento de qualidade, chegar a este estágio não é fácil porque todo processo de mudança levanta questionamentos que envolvem a resistência de muitos e a persistência de poucos.

MELHORIA DA QUALIDADE X REDUÇÃO DOS CUSTOS

Considerando a escassez de disponibilidades monetárias das instituições faz-se necessário reformular as políticas com o intuito de reduzir os gastos que ora se apresentam de forma assustadora. Se aceitarmos o pressuposto de que é preciso preparar o conjunto da população para conviver com os novos avanços tecnológicos e incorporá-los; se concordarmos que é urgente integrar a sociedade para diminuir a exclusão de amplos setores do mercado de trabalho e de consumo.

A pouca existência de um controle de custos e a dificuldade de mantê-lo em constante equilíbrio, obriga os responsáveis pela Administração Pública a praticar verdadeiras acrobacias para evitar a falta de materiais e garantir a prestação de serviços à coletividade, caracterizando ações não planejadas, amadorismo e imediatismo elevando, dessa forma, os custos.

Precisamos quebrar paradigmas no serviço público, a exemplo de iniciativa privada, que há muito adota políticas de controles de custo como forma de avaliar estoques e evitar o desperdício. Um novo modelo de administração se apresenta como necessidade de ajustamento às novas tendências mundiais, requerendo técnica, discernimento e criatividade.

As mudanças revolucionárias nos processamentos de dados empresariais têm sido tantas, que certos sistemas mal terminam de ser implantados e já estão ultrapassados.

A necessidade de maior eficácia dos recursos utilizados pelo setor público constitui um imperativo de gestão no cenário atual. Existem fronteiras relacionadas que se avizinham à aplicação dos instrumentos gerenciais de custos os quais tornam-se indispensáveis a todo tipo de organização pública ou privada. Assim, o presente trabalho, alcançará dimensões das efetivas necessidades do setor e compreenderá um conteúdo que beneficiará tanto o gestor das instituições privadas, quanto entidades públicas pois fortalecerá o corpo diretivo e gerencial desses segmentos, com instrumentos vitais ao sucesso, em um mundo altamente competitivo e seletivo.

O grande desafio deste trabalho é a passagem das idéias do campo intelectual para o campo de ação, pois surgem aí as inconseqüências e/ou resistências ao processo de mudanças.

IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

O ajuste da Economia nacional e o processo de globalização dos Serviços Públicos são fatos concretos e exigem, além da coragem de quebrar paradigmas, competência e visão de futuro na gestão da mudança inadiável. É exatamente neste momento que se busca a orientação administrativa através do desenvolvimento de sistemas de avaliação de qualidade e do custo dos serviços prestados à coletividade.

O Brasil adota uma política que revela êxito apenas na manutenção de baixos níveis inflacionários, mas que cria problemas que têm que ser enfrentados com uma certa urgência. A vulnerabilidade das contas externas, o desemprego crescente e o déficit público, ampliados por um endividamento descontrolado, impõem custos inaceitáveis a um país com um potencial como o nosso e a uma sociedade que apresenta profundas disparidades regionais e sociais.

A desigualdade e a má distribuição de renda entre as diferentes classe sociais têm sido caracterizadas como um dos mais graves problemas, devido sobretudo, às suas implicações políticas e sociais. Os recursos não se encontram distribuídos na mesma proporção das necessidades.

Desvendando uma política de custos, pode-se dizer que sua finalidade é determinar, em um certo período, a situação financeira da empresa. A implantação da Contabilidade de Custos como gerenciadora de informações para uma boa administração dos estabelecimentos ou unidades de saúde, fornece uma abertura ou transparência cada vez maior, não só das informações econômico-financeiras, como também os resultados sociais produzidos.

No processo da tomada de decisão, as informações de um Programa de Custos, se revestem de grande importância como forma de explorar as precariedades e superar os paradigmas danosos que afetam alguns setores da Administração Pública.

DETERMINAÇÃO DA ÁREAS DE INFLUÊNCIA: APLICAÇÃO DOS MÉTODOS QUANTITATIVOS

Para a realização deste trabalho, inicialmente deverá ser dado ênfase para: o sistema de informação, comportamento, amostragem estatística, sistema de computação, análise financeira, auditoria interna, métodos quantitativos, atividade econômica, meio ambiente interno, e outros pontos fundamentais.

A organização é uma combinação intencional de várias pessoas e tecnologia para atingir um objetivo comum. Todos estão voltados para realizar tarefas e o equilíbrio dinâmico em que se encontram. Isto inclui o conhecimento passado, as previsões para o futuro e a atividade presente. A tarefa é unir os diversos elementos, algumas vezes conflitantes num esforço conjunto e em uma ação integrada na busca de resultados comuns, promovendo um intercâmbio com o meio-ambiente com o qual estabelecem estratégia cooperativas e/ou competitivas.

Sérgio de Iudícibus prega a aplicação de Métodos Quantitativos na solução de problemas empresariais. Segundo ele, a aplicação desses métodos facilitam a explicitação dos problemas em questão. Tais métodos são utilizados para resolver com precisão e rapidez as mais variadas dificuldades, apresentando de forma clara os objetivos do sistema em linguagem matemática ou estatística e servem para produzir uma resposta detalhada nos seguintes tópicos e assuntos: no tratamento de grande massa de dados, na formulação de modelos de comportamento de custos, receitas, despesas e resultados, em certos problemas de alocação de custos transferências interdivisionais e intersetoriais, nas formulações orçamentárias, em decisões de resultados ou minimização de custos.

GERENCIAMENTO VISANDO TRANSFORMAÇÕES PARA AS ORGANIZAÇÕES DO FUTURO

A contabilidade visa as posições patrimoniais e as transformações sofridas por esse Patrimônio no decorrer dos tempos. O correto acompanhamento deste processo de transformações dentro do ciclo operacional só é possível quando se adota um bom sistema de custos. Não bastando apenas que esse sistema seja bem elaborado no seu aspecto técnico,

mas que seja apropriado à atividade econômica da empresa e às suas condições operacionais.

A contabilidade de custos é o conjunto de princípios e normas que permitam o registro e o controle de todo o movimento financeiro da empresa. A sua necessidade e aproveitamento na função gerencial reflete duas importantes posições: a posição patrimonial e a indicação das operações que constituem os objetivos sociais desse Patrimônio.

O responsável por um sistema de custos deverá ser um profundo conhecedor das operações da empresa bem como as técnicas e procedimentos praticados pela Contabilidade de Custos para se conseguir valores confiáveis e, tanto quanto possível mais próximo do que se possa considerar como adequados.

Os sistemas contábeis devem ser julgados pelo modo de como ajudam a promover as metas gerais das organizações. Em termos gerais podemos afirmar que um sistema de custos é um preparador de dados e importante fonte de informações gerenciais para os diversos níveis de decisão, controle e planejamento das empresas. Constituem a base de uma nova aplicação gerencial, isto é, norteiam a atividade gerencial.

A Contabilidade de Custos produz informações gerenciais para os diversos níveis hierárquicos da Administração Pública.

Grandes empresas necessitam de vultuosas somas de recursos para manter em andamento os bens produzidos e os serviços prestados com eficiência e qualidade. O maior problema entretanto é que o Estado não dispõe de capital para injetar nessas empresas. Com a implantação de um Sistema de Custos, o gerenciador terá em mãos uma poderosa ferramenta capaz de calcular e determinar custos, estabelecer metas de produção, estabelecer qualidade e quantidade no atendimento, definir preços e margem de lucratividade que assegurem o retorno do capital investido.

ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO: critérios básicos de procedimento:

I) **Coleta de Dados:** é feita com o apoio da Administração

- seleção de dados;
- planejamento (sintetização);
- treinamento;
- organização.

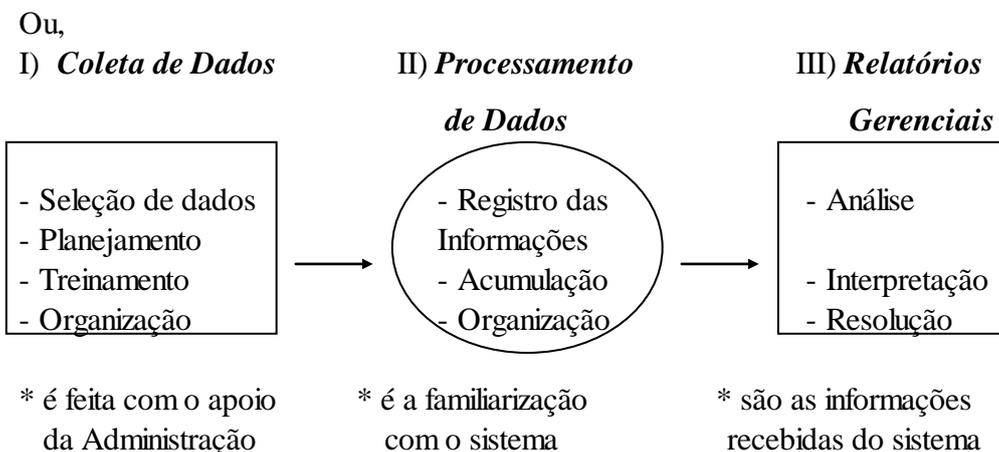
II) **Processamento das Informações:** é a familiarização com o processo operacional

- registro das informações;
- acumulação;
- organização.

III) **Relatórios Gerenciais:** são informações recebidas do sistema

- análise
- interpretação

- resolução.



OBS: a demora de informações, ou a retroalimentação dos sistema resulta em demonstrar que não se receberá nenhum benefício futuro, porque o administrado tem necessidade de respostas rápidas e compreensíveis que o ajudarão nas novas demandas administrativas.

Muitos desses programas já se encontram em fase de desenvolvimento ou em estágio avançado de experimentação. Em termos de informações isto significa que será cada vez mais rápido e fácil o acesso a arquivos, a quantidade de informações poderá ser processada de imediato e os relatórios retirados desse processo serão mais eficientes e mais amplos quanto às aplicações. A integração com o ambiente externo será bem maior em termos de atender às necessidades do serviço público.

PREPARAÇÃO PARA INFORMAÇÃO DOS CUSTOS ***Rotinas de trabalho, produzidas nos sistemas de apoio***

- 1) **Pessoal:** (Departamento/Função) - basta transcrever os dados do Quadro de Pessoal, relacionando os cargos existentes agrupados por departamentos ou setor, como também a quantidade de pessoas que desempenham cada cargo (custos de mão-de-obra direta);
- 2) **Consumo de Materiais:** o sistema deve estar preparado para proporcionar informações quanto a aplicação de materiais, quantidades, tipos de materiais, custo e destino;
- 3) **Compras, material e Patrimônio:** o sistema de Patrimônio deverá fornecer informações quanto às despesas de depreciação, de manutenção e de reparos e os parâmetros quantitativos relacionados e ainda seu valor e destinação.

4) **Custos Gerais:** devem ser registrados os gastos que não serão apropriados diretamente aos serviços produzidos e que serão distribuídos por rateio.

Observação: Normalmente as despesas fixas podem ser agrupadas em pessoal, administrativas (aluguéis, taxas, depreciação, combustível), publicidade, e outras, ficando a cargo de cada repartição classificar e detalhar suas despesas. Inicialmente levantamos as despesas de pessoal devido a sua importância e peso sobre os custos totais.

MODELOS:

I. CUSTOS DIRETOS

1. Pessoal: Custo do desempenho Departamental ou Setorial

Descrição (Setor)	Quant. de Servidores	Salários	Benefícios VR + VT	Encargos	Total
Total:					

* Calcular o percentual de participação do Custo de Pessoal no Custo Total

2. Materiais: Relatórios de Consumo Setorial ou Departamental

Descrição (Setor)	Material (X)	Material (Y)	Material (Z)	Total

3. Gerais: Relatórios dos Gastos Gerais para Departamentos ou Setores

Descrição (Setor)	Serviços de 3ºs.	Manutenção (Externo)	Depreciação	Locações e Leasing	Total

II. CUSTOS INDIRETOS:

Descrição (Setor)	Energia Elétrica	Água e Esgoto	Comunicações	Depreciação	Total

EMISSÃO DE RELATÓRIOS:

Após cadastrar (informar) todos os dados, conferir para assegurar a integridade dos mesmos e par se confiabilidade na análise que será feita posteriormente. Para esta conferência se faz necessário a emissão dos Relatórios de Controle. Emitir os relatórios com tal clareza que o gestor possa identificar os valores aplicados em função dos resultados obtidos, por que é através desta análise que ele vai determinar os custos e avaliar a distribuição dos gastos em função da qualidade do atendimento.

Portanto os relatórios devem ser simples de entender e facilmente verificável, baseiam-se em orçamentos e padrões estabelecidos, incluem todos os fatores e elementos de custo sobre os quais se exerça um controle (excluir qualquer item que não esteja sob controle), examinam qualquer fator de natureza esporádica ou incerta; criam taxas que reconheçam a variação de cada fator, evitando a possibilidade de constranger operários.

FUNDAMENTOS DOS RELATÓRIOS DE CUSTO:

Os Relatórios de Custos, também conhecidos como Relatórios Financeiros são baseados em qualidades ou características fundamentais a saber: devem adaptar-se ao organograma, ser imediatos e em tempo oportuno, ser emitidos com regularidade (mensalmente), ser comparativos e analíticos e, por último, ser formulado em unidades físicas para assegurar o uso das quantidades e dos valores monetários.

Para o professor Eliseu Martins, não adianta elaborar relatórios que digam o quanto se gastou, é necessário fazer comparações entre o real ocorrido e o que deveria acontecer. Esse relatório dá uma visão de quais os elementos estão sendo desviados dos valores do mês anterior, também poderia utilizar uma média dos quatro últimos meses, criando colunas adicionais para valores das diferenças em percentuais e em dinheiro.

É através desses relatórios que se identifica a situação econômica e financeira da entidade, a capacidade de pagamento a fornecedores de bens ou serviços, a apresentação de dados estatísticos e a determinação do aumento ou decréscimo da produtividade.

Observância dos Relatórios para o Administrador

1) Relatório de Sugestão de Preços (ou formação de preços):

Esse relatório apresenta os dados de forma analítica e pode ser emitido pelo preço de mercado ou preço ideal (preço de revenda do produto ou serviço). Nota-se em princípio que todos os dados têm que ser revistos mensalmente, para avaliar a discrepância de um mês para o outro.

2) Relatório do Desempenho em Função da Receita:

Esse relatório é muito importante para se ter uma visão global da empresa quanto aos aspectos de lucratividade e retorno do investimento.

A administração necessita de dados financeiros (Balanços, Demonstrativos de resultados, Receitas Totais, Custos, Despesa, Avaliação do Capital empregado, etc.) para a formulação de políticas públicas e avaliação do investimento.

3) Relatório dos Multiplicadores:

Preço Calculado, Preço de Mercado e Preço Ideal

Esse relatório apresenta a expressão mais significativa de um Sistema de Custos para a área pública (na elaboração de orçamentos futuros), porque entende-se por multiplicador que deve ser aplicado sobre o custo de aquisição do produto ou serviço, para se encontrar o preço de venda.

Os multiplicadores, quando adotados pela empresa, são satisfatórios pois cobrem os custos de aquisição de mercadorias, os custos fixos, os custos de comercialização (se esses serviços forem vendidos), lucratividade e ainda garantem que os preços sejam compatíveis com os do mercado.

4) Custos por Grupos:

Pode avaliar a representatividade da cada item na formação do custo.

5) Margem de Contribuição:

Esse relatório é muito importante para a análise gerencial, pois proporcionará ao gestor uma análise por serviço ou por grupos de serviços de sua margem de contribuição (é a diferença entre a receita e os custos diretos incorridos para a realização dessa receita).

6) Tabelas de Preços:

Poderão ser emitidas, considerando-se os preço calculados e/ou preços de mercado e/ou os preços ideais.

DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CUSTOS NA ESFERA PÚBLICA RESISTÊNCIA AO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CUSTOS

Toda entidade oferece resistência a algum tipo de mudança e nada é mais desagradável para os chefes de departamentos que o sentimento de que estão sendo solicitados a alterar suas rotinas ou processos de trabalho com a finalidade de ajustar-se a algum sistema contábil ou receber um relatório de custo, o qual poderá mostrar o custo de várias operações montadas numa ordem diferente da que, de fato, as operações são executadas.

O trabalho de implantação do sistema origina-se do contato inicial com o usuário da informação (planejamento das informações com os gerentes de pessoal, compras, finanças,

manutenção, produção, dentre outros) e do contato final com os mesmos usuários, quando se dá a entrega dos relatórios emitidos.

Para a implantação de um programa de custos funcional, a entidade deverá pesquisar sobre a receptividade desse programa pelo quadro de servidores para evitar um choque de resistência e proporcionar a criação de um ambiente favorável ao novo trabalho.

Os sentimentos de medo e insegurança acompanham muitos servidores que temem não ter espaço profissional após a implantação do novo sistema e se retraem e fogem para não falar do assunto.

É importante que cada servidor procure se reciclar e romper as amarras do sistema antigo e desatualizado. O rompimento do sistema usual gera benefícios para todos. Isto porque muitos servidores públicos limitam-se a fazer tarefas repetitivas, como, despachar pessoas, cumprir ordens, executar pequenas tarefas e esperar passivamente por alguém. O que o servidor precisa é pensar alto e criar uma nova forma de administrar o setor público, onde todos tenham oportunidade de usufruir dos benefícios sem trocas de favores. Surge assim uma nova ordem, cujo eixo central é o saneamento das finanças públicas. O setor público tem que calcular os seus custos como um instrumento de grande aplicabilidade para tornar-se produtivo.

ANÁLISE DO CUSTO-BENEFÍCIO

Para George Leone, custo-benefício (*cost-benefit*) é a idéia básica do custo. Na realidade, quanto se incorre em custos é porque se pensa, naturalmente, nos benefícios dessa operação. O problema é a determinação dos benefícios correspondentes. Existe uma infinidade de projetos onde os benefícios não são identificados com clareza. A dificuldade de medição se acentua quando são benefícios destinados ou dirigidos a uma grande parcela da população, como é o caso, por exemplo, dos serviços de saúde pública, pois as doenças são de natureza diversas e heterogêneas e os benefícios bastante complexos. Muitas vezes o tratamento oferecido a um paciente tem efeito diferenciado de outro e vice-versa. Este enfoque encerra o seguinte princípio: quando se aspira a satisfação das necessidades básicas das pessoas, estes projetos produzem benefícios inquestionáveis e de difícil valoração.

Seria necessário efetuar uma avaliação monetária para medir o efeito final do benefício para a população e descobrir através dessa medição o ponto de reclamação e satisfação do cliente usuário, ou seja, a aceitação do serviço ou benefício pelo usuário do serviço público. Nestes casos é necessário quantificar as unidades dos serviços oferecidos e definir o número dos beneficiários.

A relação entre custos e benefícios significa definir o fluxo dos custos e dos benefícios, isto é, quantificar, valorar e distribuir no tempo os benefícios esperados e ao mesmo tempo os custos de operacionalização previstos.

METODOLOGIA

Segundo Elizeu Martins, a Contabilidade de Custos tem duas funções relevantes: no auxílio ao controle e na ajuda às tomadas de decisões. No que diz respeito ao controle, sua mais importante missão é fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão e, num estágio imediatamente seguinte, acompanhar o efetivamente acontecido para comparação com os valores anteriormente definidos.

No que tange à Decisão, seu papel reveste-se de suma importância, pois consiste na alimentação de informações sobre valores relevantes que dizem respeito às conseqüências de curto e longo prazo sobre medidas de corte de produtos, fixação de preços, opção de compras, etc.

Com o advento da nova forma de se usar a Contabilidade de Custos, ocorreu a sua maior utilização em outros campos, que não o industrial. No caso de instituições não tipicamente daquela natureza, tais como instituições financeiras, empresas comerciais, firma de prestação de serviços, dentre outras, onde seu uso era quase irrelevante, passou-se a explorar seu potencial para o controle e até para as tomadas de decisões.

Pela própria definição de custos, Eliseu Martins afirma ser um gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.

Sabe-se que através da utilização de artifícios próprios para alocação, registro, classificação e apropriação de gastos na condição de custos, pode-se chegar a diferentes resultados, embora o fato gerador seja único inalterável e inquestionável, em observação aos rigores que caracterizam a relação método-objeto no mais amplo contexto contábil-administrativo.

Embora não haja distribuição de lucros, pode-se implantar um Sistema de Custos tanto para evitar o desperdício, quanto para a tomada de decisões (no tocante a avaliar a eficácia e a eficiência da prestação dos serviços). É bastante difundido o controle de custos, na medida em que os dados economicos-financeiros devem ser acompanhados de informes absolutamente exatos, isso contribui para que sejam atingidos os objetivos apresentados.

Para atender as necessidade da população, o governo mantém, em pleno funcionamento, uma complexa rede de serviços: hospitais, postos de saúde, escolas, assistência social, comunicações, segurança, saneamento, produção e distribuição de energia, tratamento e fornecimento de água, coleta de lixo e tratamento de esgoto, conservação de estradas e ruas, iluminação pública, etc. De acordo com João Angélico esses serviços são custeados pelos governos das três escalas da Administração Pública, conforme as áreas de suas competências.

Os benefícios prestados à população pelo poder público, exigem para a sua manutenção, recursos materiais e humanos: materiais de consumo, materiais permanentes, máquinas e equipamentos, instalações, imóveis, técnicos de vários graus de qualificação profissional, especialistas, pesquisadores, auxiliares de diferentes níveis de especialização, dentre outros inúmeros.

O bens adquiridos e os recursos humanos contratados são pagos pelo governo. Para enfrentar esses gastos, o poder público necessita de recursos. São os cidadãos, beneficiados pelos serviços postos à sua disposição que fornecem esses recursos. Cada cidadão contribui com uma cota calculada segundo suas rendas, suas propriedades e suas atividades.

Os estudos sob o enfoque do materialismo histórico abrangem as questões de saúde e sociedade políticas públicas, planejamento e administração, concepção de saúde/doença, análise institucionais, saúde e processo de trabalho e questões metodológicas. Nunes (1985) assinala que o campo de reflexão sobre saúde se abre para as ciências políticas como uma crescente consciência social de que a luta por esse setor faz parte da construção da cidadania; e a certeza também por parte dos governos instituídos, de que este tema é de grande interesse público.

No Brasil e na América Latina o objeto tradicional denominado Saúde Pública passa a merecer tratamento, denominação e conotação que traz do inespecífico “público” referente à política de prevenção proposta pelo Estado, para o coletivo, que sugere direitos, situação histórica, comprometimento de condições de vida social, dentre outros fatores.

Trazendo essas considerações para a nossa situação atual temos que, segundo Cláudio Martins, demandam a ação coletiva de indivíduos e grupos, politicamente organizados sob a forma de Estado. O fim da Sociedade Estadual é suprir as necessidades gerais e indivisíveis de seus membros. O atendimento das necessidades públicas, é obtido através de imensa rede de serviços mantidos pelo Estado; no desempenho dessas atividades o governo tem de valer-se do trabalho do homem, operando nas mais diferentes especializações, e tem de adquirir materiais de consumo e bens permanentes. O governo paga pela obtenção desses recursos.

Anualmente, os dirigentes das repartições elaboram uma previsão de custos dos serviços públicos. Calculam os recursos materiais e humanos necessários para atender a procura prevista. Essas previsões são devidamente ordenadas, classificadas e sistematizadas, segundo padrões estabelecidos em lei, e especificam, qualificam e fixam o custo de cada serviço.

A população aumenta, a cidade desenvolve-se e as necessidades do povo crescem. Diariamente, mais pessoas procuram os hospitais e os postos de saúde, a assistência social é cada vez mais solicitada.

Para atender ao aumento da procura o Governo é obrigado a criar mais hospitais, postos de saúde e outros serviços. Concomitantemente, é preciso manter em pleno funcionamento os serviços já existentes, promovendo a renovação e a modernização dos seus equipamentos, ampliando ou aprimorando suas instalações e reorganizando seus serviços.

Desta forma, com o propósito de contribuir para a prevenção das doenças e melhorar o nível de atendimento a uma população carente e sofrida que procura o Serviços Públicos, como única fonte de alívio para as suas dores e tratamento de suas doenças ou como subsídio capaz de aliviar o seu sofrimento, será apresentado um sistema capaz de absorver o fluxo dos recursos como fator determinante para o bom atendimento a essas pessoas.

Daí a necessidade de se buscar, junto aos órgãos públicos, subsídios e suporte técnico e financeiro para que seja trabalhada a questão do gerenciamento do dinheiro público em função do atendimento a essa parcela tão carente da sociedade.

Esse processo de gerenciamento com base em custos, só será possível se pudermos, por exemplo, calcular o Custo Total de uma unidade de atendimento hospitalar até chegarmos ao Custo Unitário de cada paciente atendido ou internado por um certo período de tempo. Paralelo a isto, será possível mostrar toda a estrutura de funcionamento desta unidade desde a mão de obra da área administrativa, operacional e outras relacionadas diretamente a cada unidade.

Este trabalho apresenta uma síntese metodológica de apuração de Custos Públicos, desenvolvido a partir das Entidades Públicas, baseado na coleta de informações da seguinte maneira: de um lado o fator determinante, a causa, os dados e os elementos; do outro o resultado, o efeito, a reação e as conseqüências positivas que um trabalho desta natureza poderá trazer para a administração pública.

O acompanhamento dos gastos públicos, faz com que os elementos da despesa sejam utilizados de tal maneira, com sustentação prática e teórica que cada insumo utilizado sirva para realizar a atividade proposta.

Partindo deste trabalho, as informações fornecidas poderão ser de valor inestimável para a tomada de decisão, pois possibilitará o acompanhamento tanto ao nível dos usuários que poderão saber a real qualidade dos serviços, quanto para o acompanhamento dos órgãos governamentais que poderão ter as informações que os recursos para cada tarefa e para cada atividade são bem distribuídos.

MÉTODOS E TÉCNICAS A SEREM ADOPTADAS

Técnicas para implantação de um Sistema de Custos. (Elizeu Martins).

- 1º) Separação entre Custos e Despesas;
- 2º) Apropriação dos Custos Diretos e Indiretos;
- 3º) Critério de Rateio dos Custos
 - Rateio dos Custos Comuns;
 - Rateio dos Custos por Departamentos;
- 4º) Conciliação entre Custos e Contabilidade Financeira;
- 5º) Reconhecimento dos Custos para Controle;
- 6º) Reconhecimento dos Custos para a Tomada de Decisão;
- 7º) A implantação do Sistema de Custos.

Assim poderemos identificar as áreas de desperdício e onde há necessidade de se aprimorar e aplicar maiores insumos.

O rol de elementos de custos aqui apresentados se limitará apenas para a demonstração a que se propõe mostrar neste trabalho. Existem, entretanto, uma variedade de técnicas para avaliar os resultados e encontrar um meio ideal para que os administradores possam oferecer um serviço de qualidade por um preço razoável.

Apesar das diferenças de abordagem existe uma infinidade de postulados, princípios, normas e procedimentos, racionalmente deduzidos, testados e aprovados pelo desafio da praticabilidade, a Contabilidade de Custos está voltada para o cálculo e interpretação dos custos dos bens e serviços produzidos e a Contabilidade Gerencial está voltada para fins internos procurado suprir os dirigentes com um elenco de informações exclusivas à tomada de decisão.

CONCLUSÃO

Considerando o presente contexto, onde encontramos questões com “globalização”, “mercados unificados”, “conectividade”, organizações em rede”, e outros adjetivos, é preciso que a Administração Pública questione seus paradigmas tradicionais na busca de novos referenciais para melhor responder aos anseios de seus usuários.

Não é fácil administrar recursos públicos, determinar a origem de cada receita e o destino de todas as despesas dentro dos valores e limites estabelecidos é uma tarefa árdua.

Este trabalho representa uma tentativa de mostrar a relação entre o processo de universalidade dos Sistemas de Custos e o êxito no gerenciamento dos serviços públicos, visa

contribuir para a quantificação, mensuração e evidenciação economicamente relevantes dos serviços prestados à coletividade, objetivando auxiliar no processo decisório.

O sistema de custos surge na esfera pública com a expectativa de mudar o atual sistema de gestão, permitindo procedimentos de avaliação e controle, mostrando os padrões de qualidade e evidenciando o desempenho e as relações de produtividade.

De maneira geral, os indicadores dos benefícios aqui apresentados, indicam resultados muito próximos da realidade. Se faz necessário, portanto, examinar outros fatores que possam incidir na projeção de custos e que enriqueçam a análise. A medição e valoração dos benefícios depende da natureza e do momento em que os mesmos são definidos ou visualizados.

Desenvolver práticas de levantamento de dados em sistemas de custos no serviço público não é tarefa fácil, é enfrentar, antes de tudo, a resistência dos servidores, mas este fator poderá ser quebrado, se o administrador encorajá-los a participar do processo identificando-os com os objetivos e metas.

No decorrer deste trabalho, tenta-se redesenhar uma administração pública preocupada com a qualidade e eficiência com base nas informações gerenciais fornecidas por setores ou departamentos que devem apresentar transparência, detalhamento das práticas adotadas, confiabilidade nos critérios de avaliação e comprometimento do administrador com relação ao levantamento de dados como: orçamentos, relatórios de consumo, demonstrativos de receitas e despesas, folhas de pagamento, relatórios dos serviços de manutenção e outros, com o objetivo de confrontar os custos com as receitas. Para fins comparativos as receitas deverão ser divididas ou desdobradas e as despesas rateadas.

A sistemática utilizada para projeção dos cálculos dá ênfase à apuração de custos das seções (departamentos ou setores) denominados Centros de Custos e, através de rateios específicos têm-se a possibilidade de calcular os custos unitários referentes a cada serviço prestado pela instituição.

A elaboração de um sistema de custos tem por base: comparar custos referentes a períodos e condições econômicas diversas, conhecer o grau de eficiência técnico-administrativo da entidade, conhecer o nível do rendimento econômico e o “ponto ótimo de produtividade”, conhecer as atividades administrativas e auxiliares, planejar o sistema de apropriação de cálculos de custos, organizar o trabalho do executivo, interpretar, comparar e concluir os resultados.

A regra fundamental do sistema é que cada serviço oferecido deva receber a carga do custo proporcional à sua participação na realização do bem público.

O fator primordial para a implantação de um sistema de custos, também considerado fator indispensável, é a vontade, a decisão e a firmeza do administrador.

A exatidão dos elementos apresentados dependerá dos dados estatísticos e econômicos organizados e apresentados pelos setores da própria instituição.

Embora o país se mantenha na órbita capitalista, visando mercados, comércio externo, conectividade, a atividade do poder público está direcionada para o desenvolvimento interno e procura por todos os meios formular modelos de benefícios voltados para melhorar a qualidade de vida das pessoas e minimizar as carências de recursos.

Realizando este estudo observa-se que a entidade poderá tornar-se competitiva e que os custos calculados poderão ser comparado com os preços de mercado e proporcionarão uma rentabilidade viável em termos de avaliação do capital investido.

BIBLIOGRAFIA

- * ANGÉLICO, João, *Contabilidade Pública*, São Paulo, 7ª ed. - Atlas, 1991;
- * ALOE, Armando, *Contabilidade Pública*, São Paulo, - Atlas, 1979;
- * Anais do XV Congresso Brasileiro de Contabilidade, Fortaleza-Ce, 1996 *Título*;
- * Anais do I Encontro Nordestino de Contabilidade, *Um passo a frente rumo ao futuro*, Olinda-Pe, 1996;
- * IUDÍCIBUS, Sérgio de, *Teoria da Contabilidade*, São Paulo,- Atlas, 1981;
- * LIMA, José Geraldo de, *Custos (cálculos, sistemas e análises)*, São Paulo, - Atlas, 1980;
- * MARTINS, Cláudio, *Compêndio de Finanças Públicas*, São Paulo, - Atlas, 1980;
- * MARTINS, Elizeu, *Contabilidade de Custos*, São Paulo, 2ª. Ed.- Atlas, 1992;
- * MATZ, Adolf e all, *Contabilidade de Custos*, São Paulo, - Atlas, 1987;
- * MINAYO, Maria Cecília de S., *Metodologia da Pesquisa Social*, - 1993;